

RELATO DE EXPERIÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE GESTORES TERRITORIAIS INDÍGENAS: O TRABALHO DE CAMPO COMO INSTRUMENTO

Report on experiences in the training of indigenous land managers: field work as a tool
Informe de experiencia en la formación de gestores de las tierras indígenas: trabajo de campo como una herramienta

Maria Barbara de Magalhães Bethonicoⁱ
Ananda Machadoⁱⁱ
Universidade Federal de Roraima

Resumo

As demarcações e homologações das terras indígenas garantiram a terra à diversas comunidades e etnias em Roraima. O desafio posterior a essa etapa é a gestão do território. A universidade tem contribuído através de pesquisas e oferta de cursos, entre eles o de Gestão Territorial Indígena, que buscou adaptar o currículo às reais necessidades desses povos. Nesse curso as atividades de campo têm sido utilizadas como ferramentas capazes de estabelecer um diálogo entre as culturas e os diversos contextos das comunidades. As experiências aqui relatadas envolvem aspectos da geopolítica, da cultura, das sociedades e suas relações com o espaço e com a natureza. Pretende-se assim compreender o processo histórico e os problemas atuais, promovendo reflexões para a formação de futuros gestores indígenas.

Palavras-chave: gestão territorial; trabalho de campo; povos indígenas.

Abstract

The demarcations and homologations of indigenous lands have guaranteed land for several communities and ethnicities in Roraima. The next challenge to this stage is the territory management. The university has contributed through research and provision of courses, including Indigenous Land Management, which sought to adapt its curriculum to the real needs of these peoples. In this course field activities have been used as tools able to establish a dialogue between the cultures and the many contexts of the communities. The experiences reported here involve aspects of the geopolitics, the culture, the societies and their relationships with the space and with nature. Thus the purpose is to understand the historical process and the current problems, while promoting reflections for the education of future indigenous managers.

Keywords: land management; field work; indigenous peoples.

Resumen

La demarcación de tierras indígenas y de las aprobaciones aseguró la tierra en las comunidades y grupos étnicos diferentes en Roraima. El desafío después de esta fase es la gestión del territorio. La universidad ha contribuido a través de ofertas de investigación y por supuesto, incluida la Administración de Tierras Indígenas, que trata de adaptar el currículo a las necesidades reales de estas personas. En este campo las actividades en curso se han utilizado como herramientas para establecer un diálogo entre las culturas y contextos diferentes de las comunidades. Los experimentos que aquí involucran aspectos de la geopolítica, la cultura, las sociedades y su relación con el espacio y con la naturaleza. El objetivo es entender el proceso histórico y los problemas actuales, promover ideas para la educación de los futuros directivos indios.

Palabras clave: gestión de la tierra; el trabajo de campo; los Pueblos Indígenas.

INTRODUÇÃO

O estado de Roraima concentra uma diversidade espacial e cultural, seja de paisagens ou de grupos étnicos. Com um total de 32 terras indígenas e com nove etnias, seu espaço é um mosaico que desenha uma realidade de diversidade cultural, que são diversos, também, na forma de relação entre seus pares e com a natureza. A realidade no interior dessas terras é marcada, também, pela

disponibilidade de espaço para a reprodução ou espaço vital, uma vez que existem terras indígenas consideradas grandes (acima de 100.000 ha), de médio porte (entre 10-99 mil ha) e pequenas (menos de 10 mil ha). O primeiro grupo possui sete terras (Yanomami, Trombetas-Mapuera, Waimiri-Atroari, Wai-Wai, Jacamim, Raposa Serra do Sol e São Marcos) sendo que algumas delas possuem territórios que ultrapassam as fronteiras

estaduais; as terras de médio porte totalizam quatorze envolvendo principalmente as etnias Macuxi e Wapichana; as terras pequenas formam um grupo de onze unidades localizadas na região do lavrado roraimense (FRANK, CIRINO, 2010) e são normalmente denominadas de ilhas pela característica de ter em seu entorno fazendas.

Porém essa multiplicidade possui um ponto em comum: a necessidade de gestão do território visando a autonomia e a sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural. O curso de Gestão Territorial Indígena da Universidade Federal de Roraima considera essa realidade de diversidade em suas ações, principalmente por contar com alunos de várias etnias e comunidades distribuídas por essas trinta e duas terras. Uma das formas de abordar essa diversidade e promover observações, troca de experiências e contatos entre grupos distintos é a realização de trabalhos de campo.

No ano de 2010 o curso contava com 80 alunos divididos em duas turmas, sendo uma com ingresso no primeiro semestre e outra no mês de agosto deste mesmo ano. Em 2011 deve ocorrer o ingresso de mais uma turma, com 40 alunos. Cabe destacar que os alunos são, obrigatoriamente, indígenas. Atualmente o curso atende às etnias Macuxi, Taurepang, Wapichana, Wai-Wai, Ingaricó, Patamona e Ye'kuana.

A proposta do curso é desenvolver um trabalho que possa formar e habilitar gestores indígenas para atuarem diretamente nas comunidades da Amazônia. Acredita-se que essa formação tem grande contribuição na auto-sustentação e na defesa do patrimônio cultural e natural, entendidos como essenciais para a reprodução e para viabilizar a qualidade

de vida dos povos indígenas (PPP, 2009). Inicialmente o curso atende aos povos de Roraima, mas a pretensão é atender aos diversos povos a partir do quinto ano de existência, incorporando a Amazônia Setentrional, preferencialmente o norte do Amazonas e Pará, além do estado do Amapá.

Dentre os objetivos cabe destacar o desenvolvimento de ações para assessorar as comunidades e organizações indígenas nos projetos sociais de usufruto de suas terras, a promoção de debates sobre a questão territorial indígena, considerando a contextualização histórica em seus aspectos sociocultural, econômico, ambiental e político, além de uma expressiva contribuição com a realização de estudos que envolvam a temática socioambiental nas terras indígenas e seu entorno.

As propostas apresentadas e em desenvolvimento no curso estão de acordo com as finalidades do ensino superior, definidas pela Lei nº 9.394, no qual deve fazer parte das práticas o incentivo ao trabalho de “pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (Art. 43, III).

Na construção dessa compreensão do meio em que o homem vive, atividades como o trabalho de campo tornam-se importantes. No caso desse artigo, o objetivo é relatar a experiência de três trabalhos de campo realizados no ano de 2010, envolvendo os alunos das duas turmas do curso de Gestão Territorial, além de professores e colaboradores.

Nesse momento os alunos entram em contato com a realidade e, através desse

contato recolhem experiências junto a moradores mais antigos e lideranças, observam diferentes culturas e modos de expressão, uma vez que em dois desses momentos ocorreu um encontro dos povos indígenas de Roraima, com a presença de várias etnias. O primeiro trabalho foi no mês de abril, na comunidade do Maturuca, no momento da comemoração por um ano de decisão final do Supremo Tribunal Federal favorável aos povos indígenas da Raposa Serra do Sol. O segundo momento envolveu um grupo menor de alunos que realizaram suas observações em uma comunidade localizada na fronteira do Brasil com a República da Guiana, ponto escolhido pela luta para reconquista do espaço que foi ocupado por fazendeiros. No terceiro momento desse registro, retornou-se a comunidade do Maturuca para a participação na Feira dos Povos Indígenas.

A abordagem central foi no tema contextual Geopolítica, com ênfase nos processos de desterritorialização e reterritorialização por que passaram os povos das etnias Macuxi, Wapichana, Patamona e Ingaricó, ao longo do processo de ocupação do estado de Roraima pelos não-índios. E no tema contextual Sociedade, Cultura e Natureza, a ênfase foi a observação dos aspectos ambientais e sócio-culturais desses espaços. A interação entre os alunos, independente da etnia a que pertence, com as comunidades visitadas, certamente é a maior contribuição desse tipo de atividade, pois permitiu o reconhecimento da diversidade e das dificuldades ainda presentes no cotidiano desses povos, possibilitando reflexões sobre os desafios a serem enfrentados na sua prática como gestores.

A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO DE GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

Uma das principais preocupações do curso é proceder de forma a não desvincular os alunos da vida comunitária. Para tal a pedagogia da alternância foi eleita como a mais apropriada para atingir esse objetivo. A metodologia consiste na articulação entre dois tempos: o Tempo Universidade (TU), ou tempo escola como normalmente é tratado na literatura específica, e Tempo Comunitário (TC), sendo esta denominação apropriada para a realidade indígena; cada semestre letivo atende a esses dois tempos, sendo cada um com duração aproximada de dois meses. Dessa forma garante-se a capacitação e qualificação dos alunos em um constante diálogo entre a realidade da comunidade em que vivem e as discussões teóricas e conceituais realizadas na universidade (PPP, 2009).

Atualmente a Pedagogia da Alternância tem se apresentado como apropriada para segmentos que necessitam de um procedimento metodológico diferenciado. Essa prática tem como ponto central a promoção do homem dentro de sua própria cultura e realidade socioeconômica, refletindo na propagação de valores sociais voltados para a emancipação. Permite-se estabelecer relações entre o conhecimento tradicional, o científico e os contextos de cada comunidade, em análises direcionadas para a construção de propostas de etnodesenvolvimento.

A articulação entre universidade e comunidade traz para os momentos coletivos o contexto da vida cotidiana, possibilitando discussões que envolvem as diversas vivências inerentes aos grupos étnicos presentes entre os alunos. Essas informações e discussões são incorporadas pelo currículo de forma a

ampliar as possibilidades de ações de extensão. A lógica desse currículo é a construção articulada com os povos indígenas, respeitando as diferenças e permitindo contribuições com respostas às questões relacionadas a problemas localizados, como a constante luta pela conquista do território, a formação de redes de articulação política, a sustentabilidade ambiental e a garantia dos direitos. Outra importante contribuição dessa prática pedagógica é incorporação de momentos de discussão coletiva promovidos pelos alunos nos momentos em que apresentam suas pesquisas e reflexões desenvolvidas no Tempo Universidade, além da constante valorização do fazer e do saber fazer inerente a esses povos, pois

é na vinculação do conhecimento escolar com a ambiência familiar que o jovem reflete sobre seu meio e elabora seus marcos de referência. A Pedagogia da Alternância institui um relacionamento entre o meio em que vive o jovem-família-comunidade-escola. Por não constituírem instâncias antagônicas e excludentes, família e escola reinterpretem-se mutuamente na diversidade do conjunto das circunstâncias envolvidas. As interpretações das realidades familiares, comunitárias e escolares surgem dos questionamentos, das dúvidas quanto ao estabelecido (CALIARI *et al.* 2010, p. 6).

Na problematização e busca de soluções, o aluno reinterpreta seu contexto de vida através do conhecimento científico agora incorporado ao saber já construído, levando a novas interrogações e realimentando o processo de construção do conhecimento. Esse processo de ir e vir sucessivo torna os atores (família, comunidade e alunos) cúmplices e participantes da prática educativa nos campos

da cultura e socioeconômico. Ao desencadear um processo de reflexão e ação é possível pensar e formar condições favoráveis para a transformação da realidade (NASCIMENTO, 2010).

Essa discussão vai de encontro com o pensamento de Santos (2005), quando aponta para o novo papel da universidade, que deve dar enfoque, dentre outros, na pesquisa-ação e a ecologia de saberes, na promoção do diálogo entre os conhecimentos tradicionais e o científico, contribuindo para a busca de soluções que possam beneficiar ações participativas envolvendo comunidades e organizações sociais. Para o autor,

os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento científico ocorre, assim, estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil (SANTOS, 2005, p. 75).

Nessa perspectiva o aprofundamento nesses pontos promove uma “revolução epistemológica” na universidade, quando essa cria espaços institucionais de incentivo a ocorrências desses procedimentos metodológicos. É desencadeada uma nova convivência ativa entre saberes, sejam leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, indígenas, africanos e orientais promovidos pela sociedade não ocidental, enriquecendo o diálogo e a valorização tanto do saber científico quanto dos demais conhecimentos. Dessa forma, temos a “criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser

exclusivamente na posição de aprendizes” (SANTOS, 2005, p. 76-78).

É justamente esse diálogo que reforça a proposta pedagógica do curso de Gestão Territorial Indígena, quando os alunos se tornam produtores de conhecimento e promotores de ações de pesquisa e extensão a partir das demandas de suas comunidades.

CONCEITOS GEOGRÁFICOS E O TRABALHO DE CAMPO COMO FERRAMENTA PARA ESTUDOS TERRITORIAIS EM TERRAS INDÍGENAS

Considerando a proposta pedagógica do curso, a atividade de trabalho de campo torna-se uma ferramenta fundamental para o conhecimento da realidade como, também, para a interação entre os diferentes grupos étnicos existentes entre os alunos. Além de permitir o contato direto com os contextos das comunidades, permite entrevistas com indígenas que participaram das lutas pelo reconhecimento oficial de seus territórios. É o momento em que esses novos pesquisadores têm a oportunidade de conferir informações obtidas durante as aulas ou através de pesquisas em fontes oficiais e buscar a aplicação dos conceitos já construídos em momentos coletivos.

Atividade de campo implica no uso de técnicas que exercem um papel importante na formação e desenvolvimento de pesquisa, diagnósticos ou relatórios, pois permite a obtenção de informações que subsidiam os argumentos e, como bem lembra Venturini (2005), atribui a esses argumentos a consistência e objetividade. Dessa forma,

o momento de trabalho de campo representa o contato imediato do cientista com a realidade, ainda que se possa fazer

uso de instrumentos; é o momento de conhecê-la melhor por meio de técnicas de observação e interpretação (dois aspectos de um mesmo processo, já que quem observa é o sujeito, não seus órgãos sensoriais) instrumentalizadas ou não (VENTURINI, 2005, p. 18).

Produção de relatórios de campo torna-se a etapa final do trabalho. Mas isso não significa que deve ser pensado apenas nesse momento. As observações devem ser anotadas e, se for o caso, a descrição de um fenômeno deve ser acompanhada das impressões imediatas do observador, como forma de contribuir para um relatório mais consistente.

Um trabalho de campo pode ser enriquecido com a realização de entrevistas. Este é um excelente instrumento de coleta de informações, que permite identificar e compreender, no caso dos povos indígenas, os elos existentes entre o espaço, a cultura, as pessoas, a economia, tudo entremeadado pelos direitos constitucionais conquistados nas últimas décadas no Brasil.

A técnica da observação não ocorre apenas nos pontos previamente estipulados, mas ao longo de todo um trajeto. No caso das experiências abordadas neste artigo, foi possível perceber as alterações espaciais decorrentes do uso por fazendeiros ao longo das décadas, dentre eles processos erosivos, as condições das vias de acesso e dificuldades por causa do isolamento de algumas comunidades no que se refere à comunicação, energia e saúde.

As modificações no modo de vida dos indígenas decorrentes dessa ocupação e do processo de desterritorialização, imprimiram ao espaço uma nova configuração em conformidade com os interesses de grupos não indígenas. Nesse aspecto cabe considerar os

ensinamentos de Milton Santos, de que para se compreender o presente é importante considerar as condições características de épocas passadas. A observação permite compreender, através dos objetos, as ações e intenções, uma vez que analisar o espaço requer considerar que os objetos e as ações estão reunidos em uma lógica que é ao mesmo tempo

a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vêm do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, eles desempenham no processo social (SANTOS, 2002, p.77).

Por isso conhecer os locais onde os fatos aconteceram, perceber suas marcas não apenas no espaço, mas na memória das pessoas, constitui a grande contribuição do trabalho de campo e da ciência geográfica para os povos indígenas.

Mas o pensar o espaço requer, também, a escolha de uma ótica para o olhar. No caso aqui relatado, a ótica foi a Geopolítica, considerando os seus instrumentos conceituais e teóricos de natureza holística e transdisciplinar, que permitem compreender a dimensão política do espaço, sendo este pensado como grande palco onde os fenômenos ocorrem e onde as condições de trabalho da sociedade estão presentes, levando a questão do domínio do espaço como ponto central na história da humanidade (CORRÊA, 2001).

Conhecer o contexto histórico dos conflitos, sua espacialização e os reflexos na vida das comunidades são pontos que devem ser destacados em estudos envolvendo terras indígenas. Nesse sentido

é imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o 'território' com o qual estamos trabalhando. Se nossa leitura for uma leitura integradora, o território respondendo pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço, os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente ao longo do tempo (HAESBAERT, 2004, p.78).

A história que marca o espaço é expressa por diferentes formas de poder e estes resultam em conflitos. Para sua compreensão é necessário considerar as relações entre os grupos sociais e culturais que ali habitam, as relações com o meio ambiente e a disputa pelos recursos naturais, sendo o conceito de território um aliado para essa compreensão. Becker (1988) expõe que o território é o espaço da prática, pois inclui a apropriação de um espaço, a noção de limite e a intenção de poder sobre uma área. Por outro lado, é um produto usado, vivido pelos atores e utilizado como meio de sua prática. Nesse sentido torna-se significativo para os povos indígenas e suas relações com o espaço.

TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL - TIRSS COMO ESPAÇO DE ESTUDO

A TIRSS está situada no extremo nordeste de Roraima, na fronteira com a República da Guiana, a Leste, e a Venezuela, ao Norte (FIGURA 1). Abarca desde a região baixa



FIGURA 1 - Placa que marca o limite da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – Comunidade do Surumu/Barro.

de campos, na sua porção meridional, nas regiões Raposa e Baixo Cotingo, onde há uma planície representando cerca de 1/3 da terra indígena, até as serras, que constituem o divisor de águas ao Norte, tendo o seu cume no Monte Roraima, com uma elevação de 2.875 m.

A escolha por essa terra indígena foi apropriada pelos recentes fatos relacionados aos conflitos pelo espaço, envolvendo indígenas, arroteiros e governo. A história de ocupação por não índios iniciou-se com a abertura de pequenos comércios na região do Uiramutã. As relações eram pacíficas até o momento em que foram colocadas as primeiras cercas delimitando áreas e configurando a propriedade privada, uma nova modalidade para os indígenas. Como destacou Frank (2007, p. 12) “atos que os indígenas da região experimentaram como flagrante violação dos seus direitos costumeiros; contra a qual organizaram prontamente acirrada resistência”.

As ações que se seguiram agravaram os

conflitos, seja através do garimpo, seja com a criação de fazendas de gado ou a monocultura. As discussões sobre a demarcação e homologação se seguiram até recentemente, envolvendo novos atores, como ONGs, Igreja, Estado, e novos elementos conceituais nas discussões, como soberania nacional, levando a um processo judicial que questionava a forma de demarcação (contínua), defendendo a demarcação em ilhas. Porém, no dia 19 de março de 2009 o Supremo Tribunal Federal manifestou sua decisão de rejeição da Petição nº 3388, que contestava a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Essa decisão ocorreu após quatro anos da publicação do decreto que homologou a área.

A disputa pela terra, entre indígenas e não-índios, principalmente fazendeiros, se intensificou no período de espera até a confirmação da homologação. As divergências estavam presentes também entre os indígenas que expressavam posicionamentos diferenciados no que se refere ao uso da terra, ficando uma parcela favorável a uma

demarcação em ilhas, isto é, de forma a permitir a permanência das fazendas no interior da área, principalmente as que cultivavam o arroz, considerado produto agrícola de extrema importância para a economia roraimense.

A PESQUISA DE CAMPO - MATURUCA, SANTA CRUZ E CARACARANÃ

Como apontado anteriormente, o objetivo dessas atividades de campo foi buscar compreender a Terra Indígena Raposa Serra do Sol sob o ponto de vista da Geopolítica, considerando as relações de poder e os conflitos que envolvem a ocupação territorial, permitindo aos alunos um contato direto com atores envolvidos nos conflitos, bem como com os espaços onde esses ocorreram.

Um ano depois da decisão final do Supremo Tribunal Federal, os povos indígenas das etnias Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona e Ingaricó que habitam a Raposa Serra do Sol, se reúnem para comemorar essa vitória em uma grande festa na comunidade do Maturuca, na região das Serras: a Comemoração dos Netos de Makunaíma. A participação na festividade abriu para um roteiro que foi traçado, aproveitando para conhecer espaços onde ocorreram conflitos, como pontes, comunidades, escolas, etc.

O trabalho de pesquisa buscou respostas para algumas questões como: qual a história da TIRSS? Qual o significado político e cultural da homologação? Qual a importância dessa luta e das conquistas para os povos indígenas não apenas de Roraima, mas do Brasil? Qual o papel do Estado na solução dos conflitos? Quais são os atuais desafios para esses povos?

A atividade iniciou-se durante as aulas do tema contextual Geopolítica, com a

contribuição de outros temas (Sociedade, Cultura e Natureza e História Econômica da Amazônia) ministrados no mesmo período. Nesse momento, os alunos formaram uma base conceitual e teórica que permitiu ampliar o olhar sobre os fenômenos que seriam observados.

Um trabalho de campo pressupõe a preparação do grupo para que o tempo seja aproveitado da melhor forma possível. Dessa forma para essa atividade ocorreu uma aula com a participação de colaboradores, com a exposição de fatos históricos por que passaram os povos indígenas da TIRSS no reconhecimento oficial e perante a sociedade roraimense. Contou com o auxílio reportagens da imprensa sobre os conflitos, bem como mapas com os locais de parada para conhecer os espaços dos conflitos.

Durante os pontos de parada, os alunos realizaram observações e registros dos aspectos destacados pelos professores, além das observações pessoais, como detalhes da paisagem e outros elementos ou comentários de colaboradores e de colegas que consideraram pertinentes, principalmente quando estes partiam dos alunos indígenas que são moradores da região. Realizaram também o registro fotográfico, fonográfico e videográfico dos locais e das entrevistas.

As exposições e observações consideraram o contexto geopolítico, natural, histórico, econômico, social e cultural, de forma a permitir o entendimento do processo pelo qual passou a TIRSS. Para tal foi importante lembrar as aulas teóricas e os conceitos já trabalhados (Estado, poder, etnias, nação, território, globalização, identidade, patrimônio, sociedade, setores da economia, ciclos econômicos, fatores de produção e

natureza).

O primeiro momento em que os alunos tiveram contato com as questões da TIRSS foi na comunidade do Entroncamento. Localizada entre as rodovias BR174 e a RR202, acabou ficando conhecida pela sua posição geográfica, mas ela é oriunda de uma articulação do governo estadual e dos empresários contrários à demarcação contínua, sendo seu objetivo impedir e/ou dificultar a entrada de pessoas para a área da TIRSS. Sua população é formada com indígenas Wapichana e Macuxi que vieram da TI São Marcos e da cidade de Pacaraima, uma vez que o governo ofereceu alguma infra-estrutura para convencer a ocupação do lugar.

Nesse momento os alunos tiveram a oportunidade de observar fenômenos que se encaixam em dois conceitos importantes trabalhados em sala de aula: o governo, entendido como atividade ou processo de governar por um tempo determinado, de forma a exercer um controle sobre os outros, condicionando a certos comportamentos específicos e predeterminados. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (1986), essa atividade confere estabilidade à relação criada entre os participantes do processo, isto é, o Estado e seus cidadãos. O conceito de governo não deve ser confundido com o de Estado¹, uma vez que o primeiro refere-se a um grupo de pessoas que representam o segundo e, por isso possuem um poder específico capaz de manipular verbas, informações e a forma como o espaço se organiza. Nessa situação, o governo do estado de Roraima fez uso de seu poder frente a uma instituição, o Estado, para direcionar ações que defendiam interesses específicos dos fazendeiros.

Outro espaço importante para

compreender o processo é a comunidade do Barro - Surumu. Um dos pontos que mais chamou a atenção foi o Centro de Formação, a Escola CIFCRSS, antiga Missão Surumu (FIGURA 2). Ela foi construída na década de 1940 (escola São José) com o objetivo de ser um internato para indígenas e não-indígenas, seguindo o formato Marista. Na década de 1970 se tornou ponto de reuniões e, mais precisamente em 1977, é realizada ali a Primeira Assembleia dos Tuxauas, organizada por um padre da igreja Católica, ligado ao CIMI e que se tornou exilado político após esse evento. A importância do lugar está no fato de ter se tornado uma base para a discussão sobre as questões ligadas à terra e a organização das próprias comunidades, bem como a formação de lideranças. A partir desse movimento, surgiram as comunidades/centros estratégicos, onde o Maturuca foi o principal e o primeiro a ser criado, sob a forma de uma nova Missão.

A importância do local não está apenas no seu significado histórico, mas relaciona-se com o presente e o futuro no que se refere à pesquisa e experimentos de projetos de produção agropecuária voltados para os povos indígenas. Nesse sentido, as atividades ali desenvolvidas visam identificar alternativas para o desenvolvimento e sustentabilidade das áreas indígenas.

A TIRSS não pode ser considerada, do ponto de vista político, uma formação coesa. Um dos momentos que deixa claro essa diversidade ou divisão de posicionamentos políticos, econômicos e sociais é a comunidade do Contão, onde foi possível conversar com lideranças e perceber essa realidade. Possui mais de mil habitantes, apresenta características urbanas e com uma infra

estrutura para atendimento aos moradores. Foi possível observar o projeto de uma granja que se efetivou materialmente, mas não conseguiu entrar em funcionamento. Essa estrutura, apesar dos equipamentos ali disponíveis, nunca foi utilizada para produção de aves.

A importância da parada foi observar as formas de organização social, política e estratégias de disputa. Nesse local também foi observado as formações geomorfológicas, como a Serra da Memória, que marca a divisão entre as regiões do Baixo Cotingo, Surumu e Serras.

Durante o trajeto até a comunidade Maturuca foi possível perceber alguns

problemas que são indicativos dos desafios a serem enfrentados pelas comunidades. Um deles é a situação das estradas, quando foram observados diversos pontos de erosão que podem, em curto espaço de tempo, prejudicar o acesso (FIGURA 3).

O fim do dia de viagem foi na comunidade do Maturuca (FIGURA 4). Além de ser o local escolhido para a Comemoração Netos de Makunaîmî, a comunidade teve importância estratégica nos momentos de luta pela reocupação do território pelos povos indígena. As observações dos alunos foram diversas, bem como a participação na festa. No total o grupo participou de dois dias da



FIGURA2 - Centro de Formação RSS Raposa Serra do Sol.



FIGURA 3 - Ponte na estrada de acesso à comunidade do Maturuca.



FIGURA 4 - Comunidade do Maturuca – monumento da Homologação.

comemoração (18 e 19 de abril), quando realizaram visita à mostra do Projeto Beiju, que propõe uma forma de organizar a pequena produção agrícola, com base no formato de uma mandala, já desenvolvida em outras partes do país. A interação com os demais grupos ocorreu nas atividades do teatro, entrevistas com pessoas da comunidade e divulgação do curso de Gestão Territorial Indígena.

No retorno a Boa Vista o grupo de alunos e professores realizaram avaliações do momento de observação e aprendizado proporcionado pela participação no evento. Consideraram positivo, pois perceberam o fato da atividade ter possibilitado a ampliação dos conhecimentos e vivência, o registro da memória familiar e a percepção da diversidade que envolve os povos indígenas de Roraima. Dessa forma, um trabalho de campo pode ser pensado como fundamental para a retomada de informações importantes, principalmente no que se refere às entrevistas que apontaram para diferentes visões sobre o processo de

demarcação de áreas indígenas e das relações com a sociedade não-índia, bem como os grandes desafios que preocupam os indígenas.

A comunidade do Maturuca foi novamente escolhida para um outro momento de campo. Entre os dias 26 a 28 de novembro de 2010, um grupo de alunos e professores se dirigiram para participar da Feira da Raposa Serra do Sol, que teve como tema “Nova Terra, Cultura e Vida dos Netos de Makunaímí” (FIGURA 5). O objetivo principal foi compreender as relações de produção, troca e comercialização entre os povos que habitam a região das Serras.

Pensar a dimensão cultural, econômica e social de um evento como essa feira tornou-se uma experiência impar na vida desses alunos, pois tiveram a oportunidade de integrar os conceitos trabalhados nos temas contextuais do Tempo Universidade com as atividades práticas, na participação das discussões sobre etnodesenvolvimento, territorialidade, produção e articulação política das organizações presentes nesse momento. Estes



FIGURA 5 - Exposição de produtos indígenas na Feira dos Povos (Comunidade do Maturuca).

pontos são essenciais para a reprodução social, valorização cultural das comunidades, além de integrar os alunos no processo político dos movimentos locais.

Na comunidade do Maturuca estavam presentes povos das etnias Wapichana, Ingarico, Taurepang, Patamona e Macuxi de diversas comunidades da Raposa Serra do Sol (Campo Formoso, Pedra Preta, Serra do Sol, Willimon, Caracaranã, Pedra Branca, Morro e Caraparu). A feira não é uma novidade, pois já é realizada há mais de uma década, transformando o evento num momento em que ocorrem as trocas de produtos, experiência técnica de plantio, venda e momentos de oração e decisões políticas. Nos dias de realização da feira ocorrem missas na Igreja Arabath-Sagrado Coração de Jesus, momentos culturais com dança do parixara, apresentação de corais, além das discussões políticas sobre as estratégias que devem nortear a ação na caminhada de conquista dos direitos, agora não mais da terra, mas de autonomia e sustentabilidade econômica, ambiental e social dos povos que ali se encontram.

Houve a participação em atividades esportivas, como o futebol, corridas de tora, prova da mangarataia (limpar a vista, como eles denominam), cabo de guerra, ralar mandioca, beber caxiri, raspar buriti, dentre outras. Os produtos apresentados são bastante variados, tanto no que se refere à agricultura e criação de animais, como de artesanatos (panela de barro, ornamentos, roupas, etc.).

Com o intuito de aprofundar o conhecimento dos contextos que envolvem os povos da Raposa Serra do Sol, os alunos e professores realizaram entrevistas com os feirantes, com levantamentos de dados sobre as comunidades ali representadas, os

produtos, a produção e a importância da feira. Também foram entrevistadas lideranças que abordaram a importância social, cultural e política do evento, sua importância alimentar, além da preservação e valorização cultural, considerando o atual quadro de inserção de produtos industrializados, como macarrão, refrigerantes, enlatados, etc, na dieta alimentar cotidiana nas comunidades².

É importante destacar que um dos objetivos da feira é demonstrar as potencialidades produtivas dos indígenas, servindo de desabafo quando apontam que

tudo isso só vem demonstrar que somos capazes de trabalhar e desenvolver para contribuir no crescimento socioeconômico do estado de Roraima e do Brasil. Chega de sermos acusados de atrapalhar o desenvolvimento do Estado de Roraima! Chega de tanta discriminação e preconceito contra os povos indígenas de Roraima. Somos cidadãos brasileiros em pleno exercício de nossos direitos (convite para a feira e informativo do Conselho Indígena de Roraima- CIR, 2010).

Diante a necessidade de promover uma discussão sobre as relações de poder e os conflitos ocorridos nas décadas entre 1980 e 2000, nas áreas indígenas de Roraima, uma outra atividade de campo foi realizada envolvendo um grupo de alunos de uma das turmas que desenvolvia os temas contextuais Geopolítica e Sociedade, Cultura e Natureza. A área escolhida foi a comunidade Santa Cruz, localizada no município de Normandia, bem próximo da fronteira com a República da Guiana, o lago Caracaranã e a comunidade Guariba, todos os pontos na região da Raposa.

As observações voltaram-se para compreender o tripé que envolve o poder (população, território e recursos), sendo no

primeiro momento da atividade, na comunidade de Santa Cruz, significativo, pois a área foi invadida por um fazendeiro que chegou a edificar uma guarita e uma vala com a finalidade de impedir a entrada dos indígenas em áreas que utilizavam para pesca e caça. Para impor sua presença o fazendeiro utilizou-se de armas de fogo e poder político junto às autoridades locais, demonstrando que o Estado foi usado para este tipo de finalidade. Dessa forma torna-se possível pensar a dimensão política, que significa compreender como as relações de poder entre os atores definem a organização do espaço, fato que torna a área escolhida exemplar para o trabalho.

88 Conhecer o espaço provocou reflexões referentes a uma disputa pela área e as possibilidades de exploração econômica, seja pela agropecuária seja pelo turismo no lago Caracaranã, promovidas pelos não-índios. Cabe destacar que a análise envolveu o conceito de espaço vital, significando a manifestação da necessidade territorial de uma determinada sociedade, tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Assim, uma porção do planeta é pensado como espaço vital quando a relação de equilíbrio entre a população e os recursos é mediada pela capacidade técnica que permite a reprodução de uma dada comunidade (CORRÊA, 1990, p. 23).

Outro conceito geográfico abordado foi o de desterritorialização, acompanhado da reterritorialização. Nesse sentido, o território tradicional dos indígenas da região que hoje representa a Raposa Serra do Sol foi ocupado ao longo do século XX por não-índios com o uso da força e com instrumentos do próprio

Estado. Nesse momento, o gado tornou-se a principal estratégia da desterritorialização, quando foi utilizado como argumento para a ocupação de áreas de pastagens naturais e incompatível com a presença indígena, a não ser os que se sujeitaram ao trabalho de peão nas fazendas; no outro momento esse mesmo animal foi apropriado pelos indígenas como estratégia para a reterritorialização, com a reocupação das áreas.

Os objetos observados pelo grupo de alunos, como a guarita, a casa (atualmente uma escola) e outras edificações da antiga fazenda contribuíram para se pensar os conflitos que ali ocorreram como, também, a nova utilização da área e os problemas enfrentados pelos indígenas que ali residem. A violência dos conflitos foram registrados e disponibilizados em meios digitais e livros. No que se refere à fazenda, as decisões judiciais foram comentadas, no momento em que estava em pauta a possibilidade de excluir as fazendas da área demarcada da Raposa Serra do Sol:

Além disso, o Ministro da Justiça agiu também em desacordo com princípios éticos pelos quais deveria se reger. Localizado no interior das terras da aldeia Santa Cruz, o mencionado imóvel vem ao longo dos anos causando irreparáveis danos, morais e materiais, à população indígena local. O fazendeiro Newton Tavares, beneficiário da decisão [...] tentou confinar a comunidade e seus habitantes, construindo um muro com um portão trancado, guardado por homens armados, e uma vala de quatro metros de largura e três de profundidade ao longo de dez quilômetros. Além de estarem impedidos de circularem livremente, os índios também estavam impedidos de caçar, pescar, plantar e construir nas suas próprias terras (LACERDA, 2010).

Na tentativa de apontar para a gravidade dos fatos que ocorreram nessa comunidade, no mesmo relatório de análise, outros relatos são apresentados, como

No dia 5 de julho de 1987, jagunços da fazenda armados agrediram um casal da aldeia Santa Cruz, espancando o homem e violentando a mulher. O fato foi denunciado à Funai, mas não houve nenhuma providência. No dia seguinte, os Macuxi, em represália, detiveram três jagunços. No dia 11 de julho, a Secretaria de Segurança Pública do Estado comandou uma invasão à aldeia que envolveu 150 homens, entre policiais civis e militares e dois oficiais do Exército. A operação resultou na prisão ilegal de dez índios, entre eles cinco menores de idade, e no espancamento de vários outros, inclusive crianças e uma mulher grávida. O fato teve diversas consequências, mas sem que o fazendeiro fosse retirado da área ou houvesse qualquer punição às arbitrariedades cometidas [...] Em 1990, Manuel Ferreira dos Santos, um outro jagunço da mesma fazenda, após fazer várias ameaças de morte e queimar a casa de índios da aldeia Santa Cruz, assassinou a tiros os índios Damião Mendes e Mário Davis, o último alvejado pelas costas. Levado a julgamento em 10 de novembro de 1993, em função da omissão da Funai, de um péssimo trabalho do Ministério Público Estadual e da hostilidade aos índios existente em Boa Vista, Miguel foi julgado e absolvido (LACERDA, 2010).

Os relatos nos permitem pensar o processo como um jogo de força e poder, quando de um lado estão os indígenas com suas organizações e, de outro lado, os fazendeiros e membros do governo que usam o poder do Estado em benefício de um segmento da sociedade local e com discursos elaborados com esse propósito. No ano de 2009, as declarações do governo local indicam a

dimensão dos conflitos, quando

Anchieta (José de Anchieta, governador do Estado de Roraima) acredita que em algumas situações os indígenas foram usados e que “serviram de bode expiatório de uma armação sórdida que tentamos mostrar ao governo federal chamando a atenção para as mais de mil ONGs que existem na Amazônia querendo dizer o que devemos fazer com a nossa Amazônia, quando na realidade nós sabemos muito bem o que está por trás disso”. Ele disse que a luta não foi em vão, e lembrou que dia 28 deste mês é a previsão de acertar junto com o governo federal a transferência de quase 6 milhões de hectares de terras, uma luta que já dura mais de vinte anos. “Acredito que vamos conseguir isso em busca de um desenvolvimento sustentável, que é o equilíbrio entre se promover o desenvolvimento e se preservar a natureza”, explicou o governador³.

A visita à antiga fazenda na comunidade Santa Cruz possibilitou, também, uma entrevista com pessoas que participaram das ações de resistência e reocupação do território relatadas nos depoimentos acima, tornando-se uma rica experiência para todos (FIGURA 6). É possível observar que a luta pela recuperação da terra foi um processo longo e com diversas faces.

Outro local de grande conflito foi o lago Caracaranã, localizado no município de Normandia e que antes da demarcação e homologação da terra indígena, destinava-se ao turismo, com infraestrutura apropriada. A inclusão ou não de sua área na terra indígena foi ponto de discussão:

As duas ações, uma civil pública e outra popular, que pedem a exclusão do Lago do Caracaranã, no Município de Normandia, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, foram apensadas e estão

conclusas no Supremo Tribunal Federal, aguardando manifestação do relator, ministro Carlos Ayres Brito. As ações foram protocoladas pelo procurador federal Wilson Prêcoma, sendo a civil pública ambiental cultural por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e a ação popular na condição de cidadão brasileiro. Em síntese, os processos visam reconhecer o lago como patrimônio histórico cultural de índios e não-índios, garantindo o livre acesso (ISA, 2010)⁴.

Atualmente existem propostas de retomar o local para o turismo, ou o etnoturismo, numa expressão usada pelas organizações indígenas. O projeto foi elaborado pelo Conselho Indígena de Roraima-CIR e aguarda aprovação. Mas cabe destacar que a experiência dos alunos foi importante por levá-los a reflexões sobre as possibilidades de uso do território de forma a exploração comercial sustentável e de acordo com seus princípios culturais. Nesse momento do trabalho de campo os alunos tiveram a oportunidade de ampliar a discussão com

outros alunos que habitam a região e, no caso de alguns deles, participaram da luta e fizeram seus relatos, bem como abordaram o andamento das propostas mais recentes de uso desses espaços.

A comunidade Guariba foi outro ponto de visita. Sua população é composta pelas etnias Macuxi e Wapichana e foi escolhida pela sua importância arqueológica, com sítios no seu entorno. Tem sua produção baseada no cultivo do milho, abóbora e mandioca, onde o montante é totalmente utilizado para o consumo. A visita teve como objetivos aprofundar os conceitos de arqueologia, observando a riqueza dos elementos do local; buscar informações, registrá-las ao ouvir a comunidade, com foco na geopolítica e nos aspectos culturais que contribuem na formação da identidade dos povos que ali se encontram, incluindo o seu relacionamento com o meio ambiente, com o universo religioso, histórico, além de entender o processo de ocupação daquele espaço. Esses objetivos foram alcançados através de



FIGURA 6 - Alunos em conversa com liderança da região – Antiga Fazenda Santa Cruz.

entrevistas com moradores mais antigos e visita a um dos sítios arqueológicos.

Durante o trabalho os alunos tiveram a oportunidade de descobrir relações entre as crenças e seus reflexos na realidade. Esse é o caso da história que envolve o nome da comunidade: segundo os entrevistados existem duas histórias, sendo a primeira baseada numa ação de *Insikiran*, quando este transformou a cabeça de um guariba em pedra e a depositou no topo da serra. A história é acompanhada da crença de que o fato de olhar para a pedra significa ficar doente, com tosse e falecimento. Outra versão é, também, contada pelos moradores mais antigos, definindo guariba como uma tosse seca e que só os poderes de Anike e *Insikiran*⁵ poderiam vencer.

Os sítios arqueológicos da área indicam a mudança da comunidade de lugar, numa reorganização espacial. No período de formação dos sítios a comunidade estava localizada na borda da serra que recebe o mesmo nome. Além de registrar tempos mais remotos de ocupação do espaço, os alunos tiveram a oportunidade de conhecer a história mais recente, como de moradores ainda vivos ou que morreram recentemente, como é o caso do primeiro tuxaua (liderança comunitária) e a primeira casa. Observou-se que existem divergências nos depoimentos, principalmente no que se refere ao primeiro morador. Mas esse fato também é uma aprendizagem, uma vez que o material aponta a dificuldade de tecer uma história e a necessidade de iniciar registros para que as ricas histórias desses povos não fiquem perdidas. Considerando que um dos instrumentos de gestão de uma área é conhecer sua história, o trabalho de campo se torna rico

por indicar as dificuldades que os futuros gestores irão enfrentar no que se refere a esse ponto.

O sítio arqueológico visitado localiza-se nas proximidades da nascente do igarapé Maniva. O lugar foi descoberto por acaso, quando um caçador indígena, que serviu de guia no trabalho de campo, parou para descansar embaixo de uma ponta de pedra que lhe fazia sombra e, ao olhar, percebeu os desenhos ali registrados. Essa etapa da atividade recebeu a contribuição de uma professora e arqueóloga da universidade, que esclareceu a possível inexistência de estudos sobre o local, no que se refere à datação ou os significados e motivos das pinturas. Esclareceu que já existem alguns estudos que apontam que o espaço antes era ocupado pelos povos Rupununi.

O momento de contato dos alunos com a realidade da comunidade também foi rico, quando foi possível identificar problemas que os moradores enfrentam atualmente. Entre eles destaca-se uma desconsideração com as tradições pelas gerações mais novas, porém os entrevistados indicam que essas ainda prevalecem, mesmo que de forma tímida. Nesse sentido, hoje não tem mais pajé que foi substituído por um “benzedor”; as danças do parixara tornaram-se motivo de vergonha para os jovens, que limitam-se a dançar apenas nos momentos festivos.

Esses depoimentos indicam uma carga de saudosismo e a necessidade de pensar a cultura como algo que se transforma e atualiza, bem como a importância de um trabalho para a reativação de elementos da cultura, como a língua. Na busca de minimizar essas questões a comunidade se organiza em reuniões para reafirmar e valorizar a própria cultura, num

trabalho constante de fortalecimento das suas expressões culturais. Os moradores mais antigos comentaram que era a primeira vez que acadêmicos indígenas os entrevistavam, elogiaram e ficaram felizes, principalmente com as entrevistas que foram feitas na língua macuxi.

CONCLUSÃO

A Geopolítica tem muito a contribuir para as discussões voltadas as relações de poder e os conflitos que ocorreram, e ainda ocorrem em áreas indígenas, quando inclui os conceitos de poder, território, população, conflitos e Estado. Desde o final do século XIX os grupos indígenas de Roraima, principalmente os Macuxi e Wapichana observaram suas terras tradicionais serem ocupadas por não índios e, por muito tempo, assistiram atônitos esse processo, seja via fazendeiros ou garimpeiros. Ao perceberem a expropriação dos recursos naturais, a introdução de uma nova modalidade de se pensar a terra, a propriedade privada, os indígenas resolveram iniciar uma luta pela reocupação e controle do território.

Com a conquista da terra, outras lutas estão sendo encaminhadas, como a saúde, educação, assistência técnica e a gestão de suas terras. Nesse contexto surge o curso de Gestão Territorial Indígena, como forma de contribuir. Essa participação tem se efetivado através do atendimento de indígenas de comunidades e etnias variadas, bem como a constante busca, por parte dos docentes, de técnicas de estudo para que seja possível efetivar ações voltadas para a autonomia e sustentabilidade desses povos. Essas ações se iniciam quando, ainda na universidade, esses alunos retornam os relatórios, com as devidas observações, para as

comunidades visitadas.

Nesse sentido, o trabalho de campo tem se mostrado uma excelente ferramenta pela proximidade que proporciona entre momentos teóricos e a prática e o contato imediato com as comunidades, além de permitir reflexões interdisciplinares. Outra contribuição é a percepção da diversidade existente entre esses povos, não apenas de cultural, mas de posicionamento político e de propostas para o desenvolvimento econômico. Perceber essa diversidade certamente irá contribuir para o aprimoramento das propostas a serem efetivadas por esses alunos indígenas em suas comunidades.

NOTAS

ⁱ Doutora em Ordenamento Territorial pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Professora de Geografia do curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

E-mail: mbbethonico@insikiran.ufr.br.

ⁱⁱ Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Professora de Ciências Sociais do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

E-mail: machado.ananda@gmail.com.

¹ O Estado pode ser definido, de forma genérica, como um agrupamento de pessoas que residem num território específico, onde apenas algumas delas são designadas para exercer o controle das atividades do grupo, de forma direta ou indireta. Para tal utiliza-se de uma base de valores reais ou socialmente reconhecidos e, em caso de necessidade, faz

uso da força (FGV, 1986).

² Os dados coletados nessas entrevistas serão apresentados e discutidos em outro artigo.

³ Disponível em: <http://www.portal.rr.gov.br/arn/index.php?option=com_content&task=view&id=1803&Itemid=52>; 18 jan. 2009. Acesso em: 10 out. 2010.

⁴ Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=64974>>. Acesso em: 12 out. 2010.

⁵ Macunaima, Insikiran e Anike são personagens míticos da região, especialmente na cultura Macuxi.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

CALIARI, Rogério Omar *et al.* *Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local*. Disponível em: <

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 352 p.

FRANK, Erwin H. O cotidiano da luta pela terra: uma história. *Revista do NUHSA/Núcleo Histórico Socioambiental*. Boa Vista, v. 1, n. 1. p. 9-32, 2007.

FRANK, E.; CIRINO, C. A. Des-territorialização e re-territorialização dos indígenas de Roraima: uma revisão crítica. In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Orgs.). *Roraima: homem, ambiente e ecologia*. Boa Vista: FEMACT, 2010.

FGV. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de

Janeiro: Editora da FGV, 1986.

FUNAI/PPTAL. *Levantamento Etnoambiental do Complexo Macuxi-Wapixana- Relatório final*, v. 3. Caracterização da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Brasília: FUNAI, 2007.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004.

INSIKIRAN/UFRR. *Projeto Político Pedagógico: curso de Gestão Territorial Indígena*. Boa Vista: UFRR/Pró-Reitoria de Graduação/Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, 2009.

LACERDA, Rosane. *Análise Jurídica do Despacho n.º 80/96 do ministro da Justiça, em junho de 2004*. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/?system=news&action=read&id=323&eid=263>>. Acesso em: 15 out. 2010.

MILLER, Robert Pritchard *et al.* (Orgs.). *Levantamento etnoambiental das terras indígenas do Complexo Macuxi Wapichana: Anaro, Barata/Livramento, Boqueirão, Jacamim, Moskow, Muriru, Raimundão, Raposa Serra do Sol e Tabalascada*. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. *Pedagogia da resistência cultural: um pensar a educação a partir da realidade campesina*. Disponível em: <www.geocities.ws/claugna/pedagogiaresistencia.doc>. Acesso em: 30 jun. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

VENTURI, Maria Alice. Relato do trabalho de campo. In: VENTURI, L. A. B. (Org.). *Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Textos, 2005. pp. 225-232.